Relatório de Execução Orçamental 3º Trimestre de 2026

O presente relatório reporta-se à atividade desenvolvida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), até final do 3º trimestre de 2026, e visa monitorizar o Plano de Atividades e Orçamento de 2026-2028 (PAO), aprovado através de Despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 10 de fevereiro e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 11 de fevereiro, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial).

Salientamos que os valores apresentados nos quadros abaixo, relativos ao PAO 2026-2028, são valores anuais e que a comparação dos valores do 3º trimestre face a este evidencia a percentagem do total executado até à data face ao valor anual previsto no PAO de 2026-2028.
Relativamente aos valores das demonstrações financeiras apresentadas, em anexo, o período comparativo evidencia saldos em 31 de dezembro de 2025.

1 – Análise à Execução orçamental de Receita

	3º Trimestre 2026 (1)	3º Trimestre 2025 (2)	Anual PAO 2026-2028 (3)	Δ 3º Trimestre 2026/2025 (4)=[(1)-(2)]/(1)	% 3º Trimestre 2026/PAO 2026-2028(anual) (5)=(1)/(3)
Receita própria cobrada	34 481 068 €	39 211 399 €	30 571 000 €	-12,1%	112,8%
Rendimentos de propriedade - juros	9 023 €	4 017 €			
Comissão Gestão	25 000 000 €	31 404 900 €	30 571 000 €	-20,4%	81,8%
Vendas de bens e serviços correntes	21 915 186 €	30 904 900 €			
Vendas de bens e serviços correntes - Projeto TDX	3 084 814 €	500 000 €			
Outras receitas próprias	9 472 045 €	7 806 499 €		21,3%	-
Transferências Correntes	30 000 000 €	31 875 000 €	40 000 000 €	-5,9%	75,0%
Ativos financeiros	50 752 923 €	38 456 895 €		32,0%	-
Saldo orçamental	7 222 409 €	13 420 810 €			
Total	122 456 400 €	122 968 120 €	70 571 000 €	-0,4%	173,5%

A receita cobrada até ao 3º trimestre de 2026 ascende a 122.456.400 euros. Relativamente ao período homólogo evidencia uma variação negativa pouco significativa, de 0,4%. A comissão de gestão cobrada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, representa 20,4% da receita total cobrada e representa 81,8% do valor total anual inscrito no PAO. Relativamente ao período homólogo de 2025, o total da comissão de gestão cobrada em 2026 representa um decréscimo de 20,4%. Esse decréscimo é resultado de, no período homologo de 2025 já termos cobrado a totalidade da comissão de gestão, em virtude de em 2025 haver necessidade de efetuarmos um reforço do orçamento[1], e antecipadamente ser obrigatório cobrar toda a receita inicialmente orçamentada.

[1] Abertura de crédito especial autorizada pela informação n.º 2025/0387, de 3 de junho, no montante de 5 milhões de euros

As transferências correntes constituem receita proveniente do orçamento de Estado, inscrita no Capítulo 60 da Entidade Tesouro e Finanças, que mensalmente transfere para o IGCP, E.P.E. um duodécimo, para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de cobranças do Estado. A sua cobrança representa uma variação negativa relativamente a igual período de 2025, de 5,9%. Essa diminuição é resultado do valor orçamentado ter sido inferior em 2,5 milhões de euros ao montante de 2025[2]. Comparativamente ao valor inscrito no PAO, foi já cobrado 75% do total previsto.

Os valores cobrados em Ativos financeiros, correspondem ao saldo transitado da gerência de 2024 e aplicado em CEDIC em 29 de dezembro de 2025, amortizado em 2 de janeiro de 2026. O montante é superior em 32% ao valor amortizado em CEDIC em 2025 em virtude do valor de 2026 corresponder ao saldo de gerência de 2024 englobado de parte do saldo de fluxos financeiros gerados em 2024.

2- Análise à Execução Orçamental de Despesa

O total da despesa até 30 de setembro é inferior relativamente ao período homólogo de 2025, em 6,3%.

	3º Trimestre 2026 (1)	3º Trimestre 2025 (2)	Anual PAO 2026-2028 (3)	Δ 3º Trimestre 2026/2025 (4)=[(1)-(2)]/(1)	% 3º Trimestre 2026 / PAO 2026-2028(anual) (5)=(1)/(3)
Agrupamento 01 - Despesas com pessoal	4 186 166 €	4 038 489 €	6 803 720 €	3,7%	61,5%
Agrupamento 02 - Aquisição bens e serviços	29 427 722 €	29 071 921 €	44 710 667 €	1,2%	65,8%
Receitas Gerais	28 144 301 €	28 017 803 €	40 000 000 €	0,5%	70,4%
Receitas Próprias	1 283 421 €	1 054 119 €	4 710 667 €	21,8%	27,2%
orçamento atividade	1 193 929 €	1 043 837 €			
orçamento projeto - TDX	89 492 €	10 282 €			
Agrupamento 06 - Outras despesas correntes	5 032 636 €	8 092 302 €	6 263 020 €	-37,8%	80,4%
Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital	66 859 €	127 157 €	10 575 124 €	-47,4%	0,6%
Total	38 713 383 €	41 329 870 €	68 352 531 €	-6,3%	56,6%

As Despesas com pessoal, evidenciam um acréscimo de 3,7% relativamente ao período homólogo de 2025. Relativamente ao valor de despesas com pessoal inscrito no PAO, foi executado 61,5% do valor anual previsto. O acréscimo das despesas com pessoal é consequência do aumento do número de trabalhadores. A 30 de setembro de 2026 o total de trabalhadores ascendia a 97 (+ 1 trabalhador do que em 30 de setembro de 2025), embora o número de estagiários tenha diminuído bem como a despesa paga com o programa de estágios do IGCP, relativamente ao período homologo de 2025. Até 30 de setembro evidenciamos a saída de 3 trabalhadores, 1 por cedência ocasional[3] e 2 por rescisão do contrato de trabalho com o fundamento na oferta de melhores condições pelo mercado.

[2] 2025 – 42,5 milhões de euros e 2026 – 40 milhões de euros

[3] Trabalhador nomeado para Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau para a Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA)

Nº de trabalhadores				
	2024	2025	2026	2026-2025
1 de janeiro	92	87	97	10
janeiro	92	88	97	9
fevereiro	91	85	97	12
março	90	86	98	12
abril	89	87	99	12
maio	89	91	98	7
junho	89	91	98	7
julho	90	92	99	7
agosto	90	92	98	6
setembro	89	96	97	1

Despesa com Programa de estágios				
	2024	2025	2026	2026-2025
janeiro	2 178	12 260	4 257	- 8 003
fevereiro	2 970	12 548	5 495	- 7 054
março	6 664	11 472	6 278	- 5 193
abril	7 103	8 007	6 089	- 1 918
maio	7 103	4 216	5 693	1 477
junho	5 615	5 445	6 550	1 105
julho	4 093	4 208	7 920	3 713
agosto	4 736	4 455	6 683	2 228
setembro	4 820	8 268	8 770	502
Total	45 282	70 877	57 733	-13 144

A despesa paga por Receitas gerais apresenta uma variação superior à do período homólogo de 2025, de 0,5%.

Relativamente à classificação Outras Despesas Correntes, o valor pago foi inferior em 37,8% relativamente ao mesmo período do ano anterior, resultado de em 2025 se ter liquidado o IRC relativo aos anos de 2021 a 2024, contrariamente ao corrente ano em que só foi liquidado o imposto referente ao ano anterior, 2025.

A aquisição de Bens de capital, apresenta uma variação negativa relativamente ao ano anterior, de 47,4%. Essa variação em termos quantitativos não é muito significativa, em virtude do valor da despesa em 30 de setembro de 2026 ascender a 66.859 euros contra 127.157 euros.

3 - Análise ao Balanço

Até 30 de setembro, os Ativos fixos tangíveis apresentam uma variação negativa de 25,3%, relativamente ao período homólogo de 2025, bem como os Ativos intangíveis, 29,3%. A diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis resulta do baixo investimento efetuado durante o período de reporte (total 66.859 euros) enquanto o valor das depreciações e amortizações até 30 de setembro ascenderem a 377.987 euros.

	3º Trimestre 2026 (1)	3º Trimestre 2025 (2)	Anual PAO 2026-2028 (3)	Δ 3º Trimestre 2026/2025 (4)=[(1)-(2)]/(1)	% 3º Trimestre 2026 / PAO 2026-2028(anual) (5)=(1)/(3)
Ativo					
Ativos fixos tangíveis	214 571 €	287 183 €	885 517 €	-25,3%	24,2%
Ativos intangíveis	873 700 €	1 235 745 €	10 496 301 €	-29,3%	8,3%
Clientes, contribuintes e utentes	- €	4 485 €			
Caixa e depósitos	83 771 663 €	81 637 571 €	63 309 181 €	2,6%	132,3%
Outras contas de ativo	1 433 892 €	2 356 973 €	1 163 936 €	-39,2%	123,2%
Total ativo	86 293 826 €	85 521 958 €	75 854 935 €	0,9%	113,8%
Passivo e Situação Liquida					
Resultados transitados	54 274 808 €	46 137 588 €	54 023 569 €	17,6%	100,5%
Resultados líquidos	24 495 884 €	33 390 939 €	8 473 650 €	-26,6%	289,1%
Outras contas de sit. liquida	133 216 €	133 216 €	133 216 €	0,0%	100,0%
Fornecedores					
Estado e outros entes públicos	192 554 €	154 933 €	1 987 646 €	24,3%	9,7%
Outras contas de passivo	7 197 364 €	5 705 282 €	11 236 854 €	26,2%	64,1%
Total passivo e situação liquida	86 293 826 €	85 521 958 €	75 854 935 €	0,9%	113,8%

A rubrica de Caixa e depósitos apresenta uma variação positiva de 2,6%, tal como os Resultados transitados cuja variação positiva é de 17,6% relativo ao período homologo de 2025, face à incorporação dos Resultados líquidos de 2025 em Resultados transitados. Os Resultados líquidos decrescem 26,6%, relativamente ao mesmo período de 2025, em virtude da receita cobrada no ano[4] refletir uma variação negativa de 9,3% embora a despesa, também apresente um decréscimo de 6,3%, relativamente a igual período de 2025.

Outras Contas do ativo, incluem outras contas a pagar e deferimentos, contas onde se reconhecem os gastos que devem ser reconhecidos no exercício seguinte e os proveitos a reconhecer neste exercício, mas que só se concretizam no exercício seguinte.

Relativamente a Estado e outros entes públicos apresenta uma variação positiva de 24,3%. Essa variação é resultado do apuramento do IVA de setembro.

Outras contas de passivo e situação líquida incluem a rubrica Outras contas a pagar, conta de acréscimo onde se reconhecem os gastos do exercício cuja despesa só ocorre no exercício seguinte.

Em comparação com as estimativas do balanço no PAO, a percentagem de Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis, já executados até 30 de setembro de 2026, correspondem a 24,2% e 8,3%, respetivamente. Esta situação é resultado dos investimentos efetuados até setembro serem diminutos. Aguardamos que os mesmos se intensifiquem no decorrer do 4º trimestre do ano.

[4] Receita que não inclui os ativos financeiros e o saldo orçamental

A rubrica Caixa e depósitos e Resultados líquidos estimados no PAO refletem a restituição prevista de receita própria cobrada e não utilizada (nomeadamente a Comissão de Gestão) ao orçamento dos Encargos da Divida, restituição essa não considerada nos Resultados líquidos dos trimestres, tanto de 2026 como de 2025.

4 - Análise à Demostração de Resultados

	3º Trimestre 2026 (1)	3º Trimestre 2025 (2)	Anual PAO 2026-2028 (3)	Δ 3º Trimestre 2026/2025 (4)=[(1)-(2)]/(1)	% 3º Trimestre 2026/PAO 2026-2028 (anual) (5)=(1)/(3)
Prestações de serviços e concessões	33 303 931 €	39 226 758 €	26 271 000 €	-15,1%	126,8%
Transferências e subsidios correntes obtidos	30 000 000 €	31 875 000 €	40 000 000 €	-5,9%	75,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	33 841 174 €	32 688 482 €	48 086 003 €	3,5%	70,4%
Despesas com Pessoal	4 589 009 €	4 322 649 €	6 893 387 €	6,2%	66,6%
Outros gastos	9 052 €	282 303 €	-	-96,8%	-
Outros rendimentos	152 €	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	377 987 €	420 558 €	830 315 €	-10,1%	45,5%
Resultados Líquidos	24 495 884 €	33 390 939 €	8 473 650 €	-26,6%	289,1%

Até 30 de setembro, a rubrica Prestações de serviços e concessões apresentam uma variação negativa de 15,1%, relativamente ao período homólogo de 2025. A variação negativa nessa rubrica acompanha o decréscimo de receita própria cobrada e encontra-se justificada no ponto 1 do presente relatório, relativamente ao decréscimo da cobrança da Comissão de Gestão.

As Transferências e subsídios correntes obtidos apresentam uma variação negativa de 5,9%, resultante do valor orçamentado para pagamento dos encargos com os DUC e com as entidades colaboradoras na cobrança para a prestação de serviços de apoio à rede de cobranças do Estado, ser inferior ao valor orçamentado em 2025 (-2,5 milhões de euros, em termos quantitativos).

Quanto a Fornecimentos e serviços externos verifica-se um acréscimo relativamente ao período homólogo do ano anterior, 3,5%.

Relativamente à rubrica Despesas com Pessoal existe uma variação positiva, de 6,2%, relativamente ao período homologo de 2025. Esta variação é essencialmente, resultante do acréscimo do número de trabalhadores, realidade que se tem verificado na Agência em 2026.

Os Outros gastos tiveram uma diminuição de 96,8% relativamente ao período homólogo de 2025 e os outros rendimentos apresentam um montante residual de 152 euros.

As Depreciações e amortizações, relativamente ao ano anterior evidenciam uma diminuição de 10,1% resultado do escasso investimento efetuado no decorrer dos três trimestres de 2026.

A variação negativa dos Resultados líquidos, 26,6%, é justificada essencialmente pela diminuição da receita cobrada nomeadamente a receita própria relativa à Comissão de Gestão, proveniente do orçamento dos Encargos da Divida.

AUDITORES
ASSESSORES
CONSULTORES

ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EXERCÍCIO DE 2026

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO E SETEMBRO

PRAXITY™
Empowering Business Globally

R291-26-AUD

AUDITORES
ASSESSORES
CONSULTORES
ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

WWW.RCA.AC

LISBOA
AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO
AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 4º, SALA 4.4
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T.(+351) 217 520 250
F.(+351) 211 605 254
E.RCA.GERAL@RCA.AC

Relatório do Fiscal Único
Relativo ao Controlo da Execução Orçamental do período compreendido entre janeiro e setembro de 2026

Introdução

1. Nos termos do número 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 200/2012, de 27 de agosto (Estatutos do IGCP), apresentamos o Relatório relativo ao controlo da execução orçamental, o qual integra a receita e a despesa acumulada referente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2026 no âmbito dos deveres de informação decorrentes do Sistema de Informação da Organização do Estado. O referido Relatório foi elaborado com base no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026 – 2028, no Relatório de Execução Orçamental do 3º trimestre de 2026, nos elementos contabilísticos e nos mapas de execução emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), cujo resumo se apresenta em anexo.

Fomos nomeados Fiscal Único do IGCP pelo Despacho nº 337/2022-SET10318/2021, de 23 de outubro de 2022, para o mandato de 2022-2024, renovável por iguais períodos. Dado não ter sido publicado Despacho de recondução no cargo ou de nomeação de novo Fiscal Único, mantivemo-nos em funções.

Procedimentos adotados

2. A análise efetuada envolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Verificação da introdução do orçamento conforme as disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado;
- Análise das alterações orçamentais aprovadas no decorrer do período de janeiro a setembro de 2026 e confirmação da sua correta integração na contabilidade orçamental;
- Análise das reconciliações bancárias;
- Verificação do cumprimento do prazo médio de pagamentos em conformidade com o Decreto-Lei nº 105/2026, de 26 de maio;
- Verificação do cumprimento das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de setembro).

Controlo da execução orçamental

3. Orçamento inicial e alterações aprovadas

i) O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2026 - 2028 foi objeto de análise pela Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EAS SPE), que absorveu as funções da anterior Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), tendo o respetivo relatório de análise n.º 10/2026, de 4 de janeiro, sido aprovado pelo Despacho n.º 114/2026-SETF, de 5 de fevereiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF). O referido PAO 2026-2028 foi aprovado por Despacho Conjunto do Senhor Secretário do Estado Adjunto e do Orçamento (SEAO) de 10 de fevereiro de

2026, e do Senhor SETF de 11 de fevereiro de 2026, que concederam as respetivas autorizações necessárias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2026 do IGCP foi aprovado com a imposição das seguintes condicionantes:

- aumento dos gastos com pessoal face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do respeitante às contratações não autorizadas, não podendo o montante previsto para novas contratações ser afeto a outro tipo de gastos;
- aumento dos gastos operacionais face ao valor estimado para 2025, limitado ao valor proposto deduzido do referido no número anterior;
- contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria até ao montante de 4.600 EUR em 2026;
- renovação dos contratos de AOV relativos a 2 viaturas em 2026;
- contratação de 3 trabalhadores em 2026, sendo 2 a termo, limitando-se a 102 o número total de trabalhadores em 2026, aos quais acrescem os 3 membros do Conselho de Administração.

ii) O orçamento do IGCP aprovado no âmbito da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, evidencia um total de receita de 70.571.000 EUR, em que 40.000.000 EUR são Transferências Correntes provenientes do Orçamento do Estado inscrita no Capítulo 60 da ETF - Entidade do Tesouro e Finanças e 30.571.000 EUR são receitas próprias, das quais 8.655.814 EUR respeitam a projetos, enquanto a despesa orçamentada totaliza 68.352.531 EUR, sendo 40.000.000 EUR a pagar com recurso às transferências correntes do Orçamento do Estado e o restante através de receitas próprias, incluindo 8.655.814 EUR com projetos.

No decurso do período de janeiro a março de 2026 foram registadas, na parte referente à receita (receitas próprias), as seguintes alterações orçamentais:

i) Inscrição na classificação de receita 050301 01.78 – Rendimentos de propriedade – Juros - Estado, no valor de 9.023 EUR, referente aos juros ilíquidos da aplicação em CEDIC;

ii) Inscrição na classificação de receita 080199 99.78 – Outras receitas correntes, pelo montante de 5.000.000 EUR, que se previam cobrar na atividade bancária do IGCP;

iii) Inscrição na classificação 110203 01.78 – Ativos financeiros – Títulos a curto prazo – Estado, pelo valor do reembolso da aplicação efetuada em 2025 na subscrição de CEDIC, no montante de 50.752.924 EUR, nos termos do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025).

No período compreendido entre abril e junho de 2026 foi registado, também na parte referente à receita, o reforço da quantia afeta à classificação orçamental 080199 99.78 – Outras receitas correntes, no montante de 5.000.000 EUR.

No 2º trimestre de 2026 foi também registada a transição do saldo de Gerência de 2025, no valor de 6.097.627 EUR no orçamento de atividades e 1.124.781 EUR no orçamento de projetos.

Nesse mesmo trimestre foi autorizada a contratação de mais um trabalhador, através do Despacho nº 376/2026-SEFT, de 29 de abril. Assim, o número de trabalhadores autorizados passou a 101, acrescido de dois a termo e dos 3 membros do Conselho de Administração.

Resultado das alterações descritas, o orçamento corrigido das receitas fixou-se em 138.555.357 EUR.

iii) Quanto ao orçamento da despesa, este não apresenta alterações no valor total, nas fontes de financiamento e no total por agrupamento, ocorrendo apenas transferências de verbas no âmbito da gestão flexível.

De notar a existência de Cativos no total de 2.126.440 EUR.

4. Análise da execução orçamental da receita

i) A receita cobrada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 122.456.400 EUR a que corresponde um grau de execução orçamental de 88,4%.

ii) As receitas de funcionamento englobam: i) receitas gerais resultantes de transferências do Orçamento do Estado, Capítulo 60 Despesas excecionais da ETF, do qual já foram recebidos 30.000.000 EUR (75% do orçamento); ii) receita própria proveniente da comissão de gestão da dívida pública, requisitada mensalmente ao Orçamento dos Encargos da Dívida, do qual já foram recebidas transferências no valor total de 25.000.000 EUR, dos quais 21.915.186 EUR (100% do orçamento) referentes ao orçamento de atividades e 3.084.814 EUR a projetos (35,6% do orçamento); iii) receita própria proveniente da prestação de serviços bancários no valor total de 9.472.045 EUR (94,7% do orçamento).

iii) As outras receitas têm origem em receitas próprias e respeitam ao reembolso do montante investido em 2025 em CEDIC, no total de 50.752.923 EUR.

iv) Face ao período homólogo, o total das receitas executadas apresenta uma redução marginal de 511.720 EUR, uma variação negativa de 0,4%, a qual é justificada pela conjugação das situações referidas nos pontos seguintes.

v) As Transferências correntes apresentam uma variação negativa de 5,9%, equivalente à variação do respetivo orçamento de 2026 face a 2025.

vi) A variação negativa de 8.989.714 EUR (-29,1%) nas Vendas de bens e serviços correntes, decorre do facto de em 2025 ter sido reconhecido o valor total da comissão de gestão da Dívida Pública por força do pedido efetuado de reforço do orçamento obrigar à cobrança total da receita orçamentada.

vii) As Outras receitas correntes provenientes da atividade bancária do IGCP, apresentam um crescimento de 21,3% face a igual período de 2025.

viii) A variação positiva nos Ativos financeiros (32,0%) decorre do valor aplicado em CEDIC em dezembro de 2025 e resgatado em janeiro de 2026 englobar, para além do valor aplicado em 2024, o saldo da gerência de 2024.

5. Análise da execução orçamental da despesa

i) A despesa executada constante do mapa da execução orçamental do período em análise ascendeu a 38.713.383 EUR, representando um grau de execução orçamental de 56,6%, correspondendo na sua quase globalidade a despesas das atividades (38.623.891 EUR) e o restante a despesas com projetos.

ii) As despesas com atividades incluem despesas pagas com receitas gerais, nomeadamente, através das transferências correntes do Orçamento do Estado, associadas à rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços, no montante de 28.144.301 EUR (70,4% do orçamento de 40.000.000 EUR).

iii) As despesas com atividades englobam ainda pagamentos efetuados através de receitas próprias, associados às rubricas i) 01 – Despesas com o pessoal na quantia de 4.186.166 EUR (61,5% do orçamento); ii) 02 – Aquisição de bens e serviços correntes no valor de 1.193.929 EUR

(27,3% do orçamento); iii) 06 – Outras despesas correntes no valor de 5.032.636 EUR (65,5% do orçamento); iv) 07 – Aquisição de bens de capital no valor de 66.859 EUR (8,0% do orçamento).

iv) As despesas com projetos (89.492 EUR) correspondem a 26,6% do montante orçamentado na rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços correntes.

v) Face ao período homologo, o total das despesas executadas diminuiu 2.616.487 EUR, uma variação negativa de 6,3%.

vi) A principal variação ocorre nas despesas de atividade na rubrica 06 – Outras despesas correntes (-3.059.666 EUR), resultado de em 2025 se ter pago o IRC relativo aos anos de 2021 a 2024, quando em 2026 só foi pago o IRC do ano 2025.

vii) As despesas com o pessoal aumentaram 3,7% face ao período homólogo de 2025, situação que decorre essencialmente do aumento do número de trabalhadores.

Prazo médio de pagamentos

6. De acordo com a informação disponibilizada no site da Entidade Orçamental (em conformidade com o Decreto-Lei nº 105/2026, de 26 de maio, artigo 26º, nº 3) reportada ao 2º trimestre de 2026, o IGCP não consta como estando em incumprimento.

Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

7. De acordo com a informação disponibilizada no site da Entidade Orçamental, o IGCP não integra, com referência a agosto de 2026 (última informação disponível), a lista das entidades da Administração Central que se encontram em incumprimento nos termos dos nºs 5 e 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho.

Conclusão

8. No âmbito dos procedimentos por nós desenvolvidos, não foram identificadas situações suscetíveis de alterarem significativamente a informação relatada, considerando-se que a execução orçamental do período de janeiro a setembro de 2026 apresentada pelo Conselho de Administração do IGCP reflete os fluxos financeiros ocorridos e contabilizados.

Nota final

9. A finalizar desejamos agradecer as facilidades que nos foram concedidas para a realização do nosso trabalho e manifestar a nossa disponibilidade para a prestação de quaisquer esclarecimentos que a leitura do presente Relatório possa eventualmente suscitar.

Lisboa, 27 de outubro de 2026

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira
ROC nº 931; CMVM 20160548

ANEXO

MAPAS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

janeiro a setembro de 2026

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Un: EUR

Execução orçamental								
Descrição	janeiro a setembro de 2026			janeiro a setembro de 2025			Variação	
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Valor	%
RECEITAS								
Atividades								
Rendimentos da propriedade - juros		9 023	9 023		4 017	4 017	5 006	124,6
Transferência Correntes	30 000 000		30 000 000	31 875 000		31 875 000	(1 875 000)	(5,9)
Vendas de bens e serviços correntes		21 915 186	21 915 186		30 904 900	30 904 900	(8 989 714)	(29,1)
Outras receitas correntes		9 472 045	9 472 045		7 806 499	7 806 499	1 665 547	21,3
Outras Receitas								
Ativos financeiros - CEDICs		50 752 923	50 752 923		38 456 895	38 456 895	12 296 029	32,0
Saldo de gerência anterior		6 097 627	6 097 627		12 296 029	12 296 029		
Total das receitas com atividades	**30 000 000**	**88 246 804**	**118 246 804**	**31 875 000**	**89 468 339**	**121 343 339**	**-3 096 534**	**(2,6)**
PROJETOS								
Vendas de bens e serviços correntes		3 084 814	3 084 814		500 000	500 000	2 584 814	517,0
Saldo de gerência anterior		1 124 781	1 124 781		1 124 781	1 124 781	0	
Total das receitas com projetos	**0**	**4 209 595**	**4 209 595**	**0**	**1 624 781**	**1 624 781**	**2 584 814**	
Total das receitas	**30 000 000**	**92 456 400**	**122 456 400**	**31 875 000**	**91 093 120**	**122 968 120**	**-511 720**	**(0,4)**
DESPESAS								
Atividades								
Despesas com o pessoal		4 186 166	4 186 166		4 038 489	4 038 489	147 676	3,7
Aquisição de bens e serviços correntes	28 144 301	1 193 929	29 338 230	28 017 803	1 043 837	29 061 639	276 591	1,0
Outras despesas correntes		5 032 636	5 032 636		8 092 302	8 092 302	(3 059 666)	(37,8)
Aquisição de bens de capital		66 859	66 859		127 157	127 157	(60 298)	(47,4)
IGCP - CEDIC			0			0		
Total das despesas com atividades	**28 144 301**	**10 479 589**	**38 623 891**	**28 017 803**	**13 301 785**	**41 319 588**	**(2 695 697)**	**(6,5)**
PROJETOS								
Aquisição de bens e serviços correntes		89 492	89 492		10 282	10 282	79 210	770,4
Aquisição de bens de capital	0	0	0	0	0	0		
Total das despesas com projetos	**0**	**89 492**	**89 492**	**0**	**10 282**	**10 282**	**79 210**	**770,4**
Total das despesas	**28 144 301**	**10 569 081**	**38 713 383**	**28 017 803**	**13 312 067**	**41 329 870**	**-2 616 487**	**(6,3)**

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA

Un: EUR

janeiro a setembro de 2026

Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Execução			
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	%
ATIVIDADES										
Rendimentos da propriedade - juros					9 023	9 023		9 023	9 023	100,0
Transferência Correntes	40 000 000		40 000 000	40 000 000		40 000 000	30 000 000		30 000 000	75,0
Vendas de bens e serviços correntes		21 915 186	21 915 186		21 915 186	21 915 186		21 915 186	21 915 186	100,0
Outras receitas correntes					10 000 000	10 000 000		9 472 045	9 472 045	94,7
Outras Receitas										
Ativos financeiros - CEDICs					50 752 924	50 752 924		50 752 923	50 752 923	100,0
Saldo de gerência anterior	0		0		6 097 628	6 097 628		6 097 627	6 097 627	0,0
Total das receitas com atividades	**40 000 000**	**21 915 186**	**61 915 186**	**40 000 000**	**88 774 761**	**128 774 761**	**30 000 000**	**88 246 804**	**118 246 804**	**91,8**
PROJETOS										
Vendas de bens e serviços correntes		8 655 814	8 655 814		8 655 814	8 655 814		3 084 814	3 084 814	35,6
Saldo de gerência anterior	0		0		1 124 782	1 124 782		1 124 781	1 124 781	100,0
Total das receitas com projetos		**8 655 814**	**8 655 814**		**9 780 596**	**9 780 596**	**0**	**4 209 595**	**4 209 595**	**43,0**
Total das receitas	**40 000 000**	**30 571 000**	**70 571 000**	**40 000 000**	**98 555 357**	**138 555 357**	**30 000 000**	**92 456 400**	**122 456 400**	**88,4**

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Un: EUR

janeiro a setembro 2026

Descrição	Orçamento inicial			Orçamento corrigido			Cativos	Execução			
	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total		Transferências Correntes	Receitas Próprias	Total	%
ATIVIDADES											
Despesas com o pessoal		6 803 720	6 803 720		6 803 720	6 803 720			4 186 166	4 186 166	61,5
Aquisição de bens e serviços correntes	40 000 000	4 373 647	44 373 647	40 000 000	4 373 647	44 373 647		28 144 301	1 193 929	29 338 230	66,1
Outras despesas correntes		7 680 647	7 680 647		7 680 647	7 680 647	2 126 440		5 032 636	5 032 636	65,5
Aquisição de bens de capital		838 703	838 703		838 703	838 703			66 859	66 859	8,0
IGCP - CEDIC			0			0		0	0	0	
Total das despesas com atividades	**40 000 000**	**19 696 717**	**59 696 717**	**40 000 000**	**19 696 717**	**59 696 717**	**2 126 440**	**28 144 301**	**10 479 589**	**38 623 891**	**64,7**
PROJETOS											
Aquisição de bens e serviços correntes	0	337 020	337 020		337 020	337 020			89 492	89 492	26,6
Aquisição de bens de capital	0	8 318 794	8 318 794		8 318 794	8 318 794		0	0	0	0,0
Total das despesas com projetos	**0**	**8 655 814**	**8 655 814**	**0**	**8 655 814**	**8 655 814**	**0**	**0**	**89 492**	**89 492**	**0,0**
Total das despesas	**40 000 000**	**28 352 531**	**68 352 531**	**40 000 000**	**28 352 531**	**68 352 531**	**2 126 440**	**28 144 301**	**10 569 081**	**38 713 383**	**56,6**